

Domingo, 14 de junho de 2026

Mobilização nacional cobra do governo correção de injustiças contra servidores administrativos de nível médio

O MN+ anunciou nesta quarta-feira (10) avanços abaixo-assinado nacional que reivindica medidas urgentes para corrigir as distorções provocadas pela Lei nº 15.367/2026. O documento foi encaminhado ao Governo Federal, ministros de Estado, deputados federais e senadores, levando a voz de milhares de trabalhadores que permanecem excluídos dos processos de valorização e reestruturação de carreiras.

Até o momento, o movimento reuniu 2.479 assinaturas, resultado de uma ampla mobilização nacional envolvendo servidores da PST, PGPE, PECFAZ e carreiras correlatas. O número expressivo demonstra o grau de insatisfação da categoria diante da falta de reconhecimento e da manutenção de desigualdades que afetam diretamente milhares de trabalhadores responsáveis pelo funcionamento cotidiano dos serviços públicos federais.

A principal crítica do movimento diz respeito às distorções criadas pela legislação recentemente aprovada, que deixou de contemplar diversos segmentos da administração pública. Para os representantes do NM+, a valorização do serviço público não pode ocorrer de forma seletiva, beneficiando determinadas carreiras enquanto outras permanecem à margem das

negociações e dos avanços remuneratórios.

O movimento defende a abertura de uma mesa específica de negociação, a regulamentação imediata da Gratificação de Apoio Técnico-Administrativo (GTATA), contemplando expressamente os servidores administrativos de nível médio. A categoria reivindica que os efeitos financeiros da gratificação sejam retroativos a 1º de abril de 2026, com o pagamento dos valores acumulados pelo menos até agosto deste ano.

Para a CNTSS e o Sindsprev-PE, a luta pela valorização dos servidores administrativos deve ser tratada como uma pauta estratégica, são trabalhadores e trabalhadoras que sustentam a estrutura administrativa de órgãos públicos em todo o país e que, historicamente, enfrentam dificuldades para terem suas demandas reconhecidas. A ausência de respostas concretas aprofunda um cenário de desvalorização que impacta diretamente a qualidade do serviço prestado à população.

Diante desse contexto, é fundamental que os servidores fortaleçam a mobilização e ampliem a participação no abaixo-assinado, pois cada adesão representa mais pressão política sobre o governo e o Congresso Nacional, reforçando a legitimidade das reivindicações apresentadas.